



IV Legislatura
I Sessão legislativa

Número: 19
Sexta-Feira, 2 de Junho de 1989

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Jorge Cabral e Manuel Goulart

SUMÁRIO

**Sessão solene comemorativa da "Presidência Aberta" nos Açores,
de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares**

Os trabalhos iniciaram-se às 10.00 horas.

A primeira parte desta Sessão destinou-se apenas à chamada dos Srs. Deputados.

Os trabalhos foram suspensos às 10.10 horas, sendo reiniciados às 10.45 horas.

Na segunda parte teve lugar a Sessão Solene comemorativa da "Presidência Aberta" nos Açores, encontrando-se presentes na Sala de Sessões as principais autoridades civis e militares, bem como outros convidados.

Proferiram intervenções alusivas a tão importante acontecimento, os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Rui Meireles (CDS), Martins Goulart (PS), Borges de Carvalho (PSD) e o Senhor Presidente da Assembleia Regional, Dr. Reis Leite.

Por fim, discursou Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares.

Os trabalhos terminaram às 12.00 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

(Eram 10.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Adelaide Teles, Alvaro Pacheco, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Henrique Aguiar Rodrigues, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Ramos Aguiar, Madrugada da Costa, Manuel Valadão, Tomaz Duarte, Melo Alves, Regina Cunha, Reis Leite, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - Albano Pimentel, Dionísio Amaral Medeiros, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Victor Ramos, Carlos Mendonça, Dionísio de Sousa, Duarte Pires, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, João Sousa Braga, José Gabriel Lopes, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Junior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, Paulo Araújo, Renato Leal, Ricardo Barros, Rogério Serpa; CDS - Alvarino Pinheiro, Rui Meireles; PCP - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 49 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

• Conforme foi previamente combinado, vamos interromper a nossa Sessão para recebermos o Senhor Presidente da República.

Pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e ao Sr. Deputado Paulo Valadão que viessem até junto da Mesa da Assembleia para fazermos uma pequena reunião.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 10.10 horas)

Presidente: Srs. Deputados, estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 10.45 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia Regional, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo Regional, Senhores Deputados, Ilustres Convidados:

Reune-se hoje a Assembleia Regional dos Açores, em Sessão Solene, para assinalar a permanência de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, nesta Região Autónoma, onde desde o passado dia 29 de Maio se encontra exercendo, de forma plena, as suas altas funções.

A natureza solene que esta sessão tem não lhe retira, antes sublinha, o alto valor político que lhe é implícito. De facto hoje e aqui reúne-se o mais importante e representativo Órgão do Sistema Autónomico com a presença e participa-

ção de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, criando-se assim uma oportunidade excepcionalmente relevante, para que sejam expressas, pelos Partidos aqui representados, com a pluralidade própria desta Assembleia Regional, as principais opiniões, preocupações e orientações referentes às grandes questões regionais.

A Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP, que represento nesta Assembleia Regional, procura sempre, ao longo da sua actividade, analisar a situação específica do Arquipélago e, em função dessa análise, estabelece as orientações próprias que entende como convenientes.

São essas orientações que determinam a nossa actuação política nas instituições e influenciam a actividade social a que estamos ligados.

Constitui núcleo central das nossas preocupações o procurar contribuir para que o sistema político-institucional existente tenha, na vida política de todos os dias, uma forte correspondência com as necessidades e anseios desta Região.

Por assim ser, somos defensores consequentes do modelo de Autonomia consagrado na Constituição.

Também por assim ser, desenvolvemos uma actividade permanente de combate ao mau uso que o poder regional estabelecido, da responsabilidade do PSD, faz dos poderes prerrogativas regionais.

Para nós, comunistas, a economia tem o Homem como centro e finalidade. Por isso temos sérias preocupações concretas em relação ao futuro imediato da economia regional.

Para nós, comunistas, o desenvolvimento regional tem que ser conseguido na dupla perspectiva do equilíbrio intra-regional e da utilidade social que dele resulte.

Para nós, comunistas, não há desenvolvimento sem justiça social e compromete-se a Autonomia com a inexistência de uma clara prática democrática.

Por tudo isto, pensamos que o futuro da Autonomia está profundamente ligado à capacidade que tenhamos de afirmar claramente a democracia e de promover seguramente um desenvolvimento socialmente justo.

Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia Regional, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo Regional, Senhores Deputados, Ilustres Convidados:

Na actividade política dos últimos três anos voltaram a ser tema de debate e razão de atitudes muitas vezes extremadas e inadequadas as questões que se prendem com a configuração do sistema autónomico e com as relações institucionais entre os órgãos regionais e o Governo da República.

Condenamos e condenamos os esforços daqueles que têm procurado modificar os traços essenciais que definem o sistema autónomico e que procuravam,

aliás, com essas modificações criar uma situação que possibilite um acrescido poder pessoal ou de grupo, mesmo à custa da diluição dos laços de unidade nacional que unem todos os Portugueses. Só assim podem ser interpretadas diversas atitudes dos sucessivos Governos Regionais e da maioria que os sustentou e ainda sustenta.

Condenámos e condenamos os actos e as omissões daqueles que, governando o País, atropelam ou esquecem interesses vitais desta Região. Só assim podem ser interpretadas diversas atitudes dos Governos da República presididos pelo Prof. Cavaco Silva.

Em certo momento esta dinâmica de polos contrários, nascida e criada aliás no seio da mesma ideologia conservadora e contrária ao verdadeiro progresso social, quase criou um desfoque em relação às questões essenciais que têm que ser preservadas e defendidas.

O PCP orgulha-se de ter mantido sempre uma intervenção multifacetada de defesa criativa do sistema constitucional da Autonomia, apontando e propondo aperfeiçoamentos, sublinhando e defendendo virtualidades e colocando com toda a firmeza a exigência política segundo a qual a confrontação não deve ter lugar, nem de forma aberta, nem de forma encapotada e antes compete aos Órgãos Regionais e à Soberania Nacional manter e aprofundar os diálogos necessários.

Foi ontem votada na Assembleia da República a Revisão Constitucional. Foi, na opinião do PCP, um processo de Revisão que amputa a Constituição de questões essenciais e que se traduz numa regressão em relação à configuração global da Democracia de Abril. Foi também uma Revisão que interessa fundamentalmente aos desígnios das forças mais conservadoras da sociedade portuguesa e que fornece instrumentos e meios para que o actual poder de direita se procure perpetuar.

Foi, nesta óptica, uma revisão, feita em função do acordo PSD/PS, à margem dos interesses nacionais, à margem da realidade democrática que tem que ser defendida e que é essencial para todos nós.

Possibilitada pela posição global de cedência nas questões de fundo face à direita que a direcção do PS assume, a Revisão da Constituição peca pelo sentido negativo das alterações que introduziu, pelo destempero em que foi feita e pela forma apressada com que foi consumada.

O Título VI referente às Regiões Autónomas também foi revisto. No caso concreto deste título é opinião do PCP que as alterações introduzidas são positivas, especialmente porque, sem alterar a configuração do sistema autonómico, se procederam a clarificações importantes dos poderes legislativos regionais.

Esta Assembleia Regional contribuiu, com

uma resolução que tomou sobre a matéria, no sentido do sistema autonómico ser melhorado no quadro da Revisão da Constituição. Pode concluir-se que o trabalho aqui feito influu positivamente nas alterações que foram introduzidas, apesar de alguns, como foi o caso de deputados do PSD eleitos pelo círculo dos Açores, terem preferido defender as propostas dos deputados madeirenses do PSD.

É hoje claro que o sistema autonómico consagrado na Constituição será defendido e terá os aperfeiçoamentos que a vida for ditando.

É hoje claro para a generalidade dos açorianos que o obstinado aventureirismo institucional que inspirou alguns não só "não compensa" como é altamente prejudicial para a Região.

É hoje claro para a generalidade dos portugueses que a defesa da Unidade da Nação e a preservação da democracia implicam a existência do sistema constitucional da autonomia e o pleno respeito pelas regras que ele estabelece.

Finalmente, é hoje crescentemente claro, que só uma real democratização do funcionamento do sistema autonómico, que implica outras políticas e outros processos, poderá preparar os Açores para enfrentarem, no quadro nacional em que se integram, os grandes desafios que se colocam.

Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia Regional, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo Regional, Senhores Deputados, Ilustres Convidados:

Esta Região, insular e periférica, se é verdade que tem potencialidades próprias não é menos verdade que é crescentemente condicionada por factores externos directamente relacionados com os níveis superiores de desenvolvimento verificados no espaço continental amplo onde estamos inseridos.

No entender do PCP a política económica regional tem que ter como orientação principal a realização de um esforço substancial que vise desenvolver as potencialidades que temos, mas também que vise anular a desvantagem em que estamos.

É para nós claro que não tem sido essa a orientação seguida pelo Governo Regional.

Frequentemente tomam-se como sendo interesses económicos regionais os interesses restritos de pequenos grupos ou clientelas.

Também frequentemente, e em busca da criação de condições diferentes e socialmente piores das que existem, se legisla, não só não tendo em conta a realidade mas mesmo em confronto com ela, como foi o caso da Lei de Orientação Agrícola ou a Lei do Arrendamento Rural.

Frequentemente também se ignoram completamente os nossos problemas próprios e não se pensa na forma específica de os atacar e pura e simples-

mente, sem imaginação nem criatividade, se aplicam soluções nacionais sem as legítimas e constitucionais adaptações.

O nosso País aderiu à CEE. Foi uma decisão legitimamente tomada pelos órgãos de soberania competentes.

O PCP, também legitimamente, defendeu na altura própria outra orientação.

A adesão à CEE consumou-se e cabe agora a todo o País a responsabilidade de criar as condições para que dessa integração económica resultem eventualmente benefícios globais e não resultem prejuízos económicos e políticos irreversíveis.

Os Açores neste quadro da integração europeia são também um caso bem específico. Essa especificidade resulta desde logo e antes de mais da geografia e da natureza da nossa débil economia regional, assente nas especiais aptidões que temos para a agro-pecuária.

O PCP sempre afirmou que, no quadro das negociações de adesão, o caso dos Açores, com todas as dificuldades e complexos problemas que tem, não tinha sido devidamente considerado.

"A Declaração Comum relativa ao desenvolvimento económico e social das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira" anexa ao Tratado de Adesão é por demais geral e pobre e limita-se a fazer um alerta.

Por seu turno as duas maiores forças políticas da Região, o PSD e o PS, assumiram, quer antes de 86, quer depois da adesão e até há bem pouco tempo, uma postura apenas apologética da CEE, sem respostas adequadas às situações que temos.

Na opinião do PCP são necessários, desde já e com grande abundância, meios que permitam preparar a nossa economia para o embate de 92.

Mas para além dos meios são necessárias políticas correctas, processos rigorosos e um sentido de justiça social que anda por demais arredado das motivações dos governantes.

Para além de tudo isto será ainda necessária muita lucidez.

Lucidez para perceber que os interesses específicos regionais têm que ser tratados e enquadrados com o interesse de todo o País.

Lucidez para entender que a nossa situação concreta pode exigir medidas especiais, que para serem conseguidas implicam esforço, empenhamento e solidariedade.

Lucidez para, finalmente, se entender que o tempo passa e quanto mais demoras se verificarem mais custosas para a população dos Açores serão as soluções.

Por tudo isto, e tal qual é apontado no recente relatório Gutierrez Diaz, é necessário uma OID bem concebida para os Açores.

Por tudo isto, e tal como os espanhóis estão a tratar para as Canárias, é necessário obter a partir dos 15% do FEDER administrados pela

Comissão, uma outra acção especial que beneficie os Açores.

Por tudo isto é necessário, para além de preocupados e por vezes ameaçadores gritos isolados que alguns lançam de há poucos meses para cá, procurar encontrar na Região, no País e nas instituições europeias as soluções necessárias.

Essas soluções têm que ter objectivos de interesse regional e de entre todos eles é importante destacar:

- A necessidade de inverter a tendência para que o custo de vida seja acentuadamente mais alto na Região do que no resto do País.

- A necessidade de serem corrigidas assimetrias sociais gritantes e que afectam amplas faixas da população, especialmente no sector da habitação.

- A necessidade de assegurar que factores de produção essenciais à nossa economia cheguem no presente e no futuro à Região a preços que possibilitem a competitividade dos produtos.

- A necessidade de assegurar que a competitividade das nossas produções não seja anulada com o custo do transporte final para os mercados e de assegurar, mesmo no futuro, a existência certa desses mercados.

- A necessidade de assegurar que o isolamento de algumas ilhas deixe de ser tão acentuado e por isso impeditivo de qualquer perspectiva de desenvolvimento.

Com persistência, trabalho, diálogo e competência é possível encarar o futuro com esperança.

Mas para que a esperança não seja vã, há que compreender que só a transformação do descontentamento crescente em actividade política democrática permitirá encontrar os caminhos que se impõem. O PCP, sem qualquer pretensão de exclusividade, tem contribuído e contribuirá para que assim seja.

Ao procedermos assim temos plena consciência de estarmos a contribuir para a consolidação da democracia portuguesa e para o engrandecimento do nosso País.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia Regional, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente e Membros do Governo Regional, Senhores Deputados, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Há quase 3 anos, aquando da Comemoração dos 10 anos de Autonomia, esta mesma Casa recebia o Presidente da República, na pessoa de Sua Excelência o Dr. Mário Soares.

Era a solidariedade política para com o Estatu-

to Político e Administrativo por que se regem as instituições e os órgãos de Governo próprio nos Açores.

Hoje, a presença do Chefe de Estado nesta mesma Assembleia, no âmbito da Presidência Aberta, reveste-se também dum elevado significado político - o da unidade da Nação Portuguesa de que os Açores fazem parte integrante e do seu reforço efectivo.

Apesar do mar que nos separa, aqui palpita a alma Lusitana, não só pelas raízes étnicas do povo açoriano, mas também pela matriz cultural, religiosa e moral da sua civilização.

Aqui a consciência nacional nunca esmoreceu na alma popular, que, em momentos de crise de identidade, sempre soube dar lições de portugalidade e de indesmentível amor pátrio.

Ao longo da História dos Açores, que conta mais de 500 anos, ilustres açorianos engrandeceram as páginas da História de Portugal, quer por feitos valorosos no campo das armas ao serviço da Expansão e da Soberania, quer no domínio da propagação da fé cristã, quer no campo das artes e das letras, quer ainda na defesa da liberdade e da portugalidade.

Gente laboriosa, o génio açoriano encontra-se espalhado, por força da sua diáspora, por vários recantos da Terra, especialmente pelo Novo Mundo, que ajudou a construir e a enriquecer através das suas excepcionais qualidades de trabalho. Af persistem agarrados às suas tradições culturais e religiosas de matriz essencialmente insular.

Estes rochedos por vezes fustigados por ventos fortes e banhados por mar alteroso permanecem-lhes no coração, como oásis, onde gostariam de passar o outono da sua vida na contemplação das suas belezas naturais, ímpares no mundo e descritas magistralmente por Raúl Brandão e Vitorino Nemésio.

Isolado do centro das decisões políticas durante séculos, o povo açoriano, cedo aprendeu a determinar o seu destino e a reivindicar o estatuto de pessoa que leis feudalizantes nem sempre facilitaram. Mas soube encontrar formas hábeis de subverter essa situação.

Não foi, por isso, por acaso, que o ideal liberal aqui encontrou terreno propício ao seu enraizamento, maturação e expansão à conquista do poder político em terras continentais.

A geração de 70 contou com açorianos ilustres que, encarnando as preocupações sociais, políticas e morais do seu tempo, prepararam a consciência pública para o devir da República.

Vimo-los empenhados na construção dum mundo moderno para Portugal, onde a Democracia, o Republicanismo e a Solidariedade Social, ainda sem contornos perfeitamente definidos, se confundiam, mas a que as Comemorações Camonianas de

80 e o Ultimatum de 90 haveriam de constituir factos históricos de clivagem de fronteiras para um projecto político para Portugal.

Os nomes de Antero, de Teófilo Braga e Manuel d'Arriaga, açorianos de raiz, estão ligados a esse grande e nobre projecto de construção dum Portugal mais identificado com a vontade da grei, mais justo e mais fraterno.

A esse projecto consagraram a sua inteligência e a sua inquebrantável vontade.

É também, nos finais do Século XIX, que, nos Açores, uma plêiade de autonomistas reivindicam mais poderes para a administração regional como via propiciadora do progresso dos Açores.

Esse dia chegou, por fim, com a implantação da Democracia em Portugal, que deu corpo à autonomia política e administrativa por que nos regemos.

Senhor Presidente da República:

O povo açoriano está consciente do seu relativo peso demográfico e territorial, mas está igualmente consciente da riqueza dos seus imensos recursos marítimos, do seu património cultural e natural e da sua invejável situação geo-estratégica no Atlântico Norte, porta de entrada e ao mesmo tempo janela da Europa.

A luta que hoje se trava é a do seu desenvolvimento económico e social que projecte o nível de vida do povo açoriano para parâmetros europeus.

A decisão política da adesão à CEE abre perspectivas únicas de desenvolvimento e de progresso dos Açores como nunca se registou na sua História. Assim a saibamos aproveitar.

E fomos, desde a primeira hora, acérrimos defensores dessa decisão.

O sistema autonómico que sempre defendemos para os Açores, parece-nos o mais adequado à efectiva concretização dos justos anseios do povo açoriano, apesar de alguns acidentes de percurso, naturais a quem está a aprender a conviver em democracia de que a autonomia é emanação natural.

Mas há que ultrapassar dificuldades e ganhar rapidamente a batalha do progresso, para não dar campo de manobra aos adversários da autonomia.

E a batalha do progresso ganha-se, na perspectiva do CDS, através do trabalho sério e competente e pelo exercício de políticas económicas e financeiras que promovam a livre iniciativa, o investimento rentável, o espírito empresarial, que gratifiquem o mérito e proporcionem oportunidades, em síntese, que promovam a dignidade e a responsabilidade da pessoa humana.

Aliás, os "governos-previdência" têm dado, por esse mundo fora, provas da sua incapacidade, quer na produção de riqueza, quer na criação de esquemas de segurança social, compatíveis com os padrões da civilização que é a nossa.

Senhor Presidente da República:

Estamos apostados em contribuir com todos

os recursos de que formos capazes para assegurarmos, nos Açores, a democracia como espaço de liberdade, de diálogo e maior justiça social e a autonomia como via privilegiada para a promoção do progresso e correcção de assimetrias económicas, sociais e culturais.

Disse.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia Regional, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente e Membros do Governo Regional, Senhores Deputados, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Nesta ocasião invulgar - em que os Açores são o palco do País - quis Vossa Excelência honrar o primeiro órgão da Autonomia Regional com a sua presença, partilhando com os legítimos representantes do Povo Açoriano os problemas e os anseios de uma população laboriosa, tantas vezes agredida pela negligência dos homens e pelos caprichos traiçoeiros de uma natureza indomável.

Em nome dos Açorianos que se identificam com o Partido Socialista na concretização de um projecto novo de modernidade e de progresso para os Açores, cabe-me a distinção de saudar Vossa Excelência e de lhe manifestar sentida gratidão por tudo o que tem feito e ainda se propõe realizar para bem dos Açores e das suas gentes.

Seja bem-vindo, Senhor Presidente!

A nossa História tem já o seu nome indelevelmente inscrito em momentos fulcrais para a consolidação do processo autonómico.

Por feliz coincidência, a actual Presidência Aberta dos Açores ficará simbolicamente associada ao mais recente marco da Autonomia: a II Revisão Constitucional, ontem concluída na Assembleia da República.

O Partido Socialista nos Açores, congratula-se, em particular, pelo reforço dos poderes autonómicos conseguidos no novo texto constitucional.

O Partido Socialista - que é um dos autores principais da autonomia político-administrativa das regiões insulares portuguesas - reconhece, assim, a relevância das normas constitucionais alteradas e dos aditamentos que introduziram significativos aperfeiçoamentos no edifício da autonomia regional. Salientamos, a título exemplificativo, a nova designação de "Assembleia Legislativa Regional", que explicitamente reconfirma a sua competência legislativa, a capacidade de desenvolver leis de bases, incluindo em algumas matérias reservadas à Assembleia da República, e, ainda, a nova formulação do poder tributário próprio.

Os órgãos de governo próprio da Região passarão

a dispor, deste modo, de mais amplos poderes para o exercício das respectivas funções e, como eles, cairá no ridículo quem persistir na prática de forjar alibis para esconder incapacidades governativas.

Mas o aperfeiçoamento da Autonomia não se esgota na revisão constitucional.

É em sede estatutária que se desenvolvem os princípios fundamentais da Autonomia.

Assim, logo após a publicação do decreto de revisão constitucional, deverá proceder-se à correspondente revisão estatutária e, com ela, abrir-se-á uma nova fase de processo autonómico.

Senhor Presidente da República:

Sempre defendemos que, nem a Constituição nem o Estatuto encerram obstáculos impeditivos da concretização da Autonomia. Hoje podemos também repetir que os insucessos verificados no decurso da acção governativa regional constituem a causa do descontentamento popular que se acentua em todas as ilhas dos Açores, bem como entre os nossos emigrantes.

Nas vésperas da integração plena no espaço europeu, os Açores ainda estão sem rumo definido, sem modelo ou projecto de desenvolvimento que abranja todas as suas parcelas e promova uma verdadeira identidade regional.

Temos ilhas periféricas em fase adiantada de desertificação económica e social. Ilhas que urge socorrer através da implementação de projectos específicos que estimulem a fixação dos agentes económicos e abram, às camadas mais jovens, horizontes profissionais dignos e aliciantes.

Existem, igualmente, "Ilhas" dentro de ilhas. Zonas de isolamento e de pobreza, onde se evidenciam as consequências nefastas de uma verdadeira intra-insularidade.

Estas situações graves têm de ser combatidas com determinação e eficácia, através da promoção do desenvolvimento económico e social das populações mais carenciadas.

A melhoria da qualidade de vida dos Açorianos passa necessariamente por um empenho diferente de quem assume a responsabilidade de governar. Passa por uma mudança de mentalidades e de compromissos. Assenta, essencialmente, no propósito de servir uma comunidade de gente digna que tem o direito de viver de cabeça erguida na terra que lhe foi berço.

Senhor Presidente da República:

A nova vaga do centralismo português constitui um obstáculo real à concretização das aspirações autonomistas dos povos insulares. É preocupante constatar-se o desprezo de regras basilares da democracia por parte de alguns detentores de poder político no Portugal democrático.

A mensagem de solidariedade que Vossa Excelên-

cia traz ao Povo dos Açores e às suas instituições democráticas serve-nos de incentivo e confere-nos novo alento para enfrentar aqueles que, pela lei da força, tentam esmagar os nossos direitos.

Mas são os resultados práticos de um certo tipo de fundamentalismo autonómico que se revelam a principal barreira ao progresso dos Açores.

Quem pratica a demagogia, a intolerância e o afrontamento não pode aspirar a realização de uma autonomia tranquila e, tampouco, usufruirá de condições para combater seja o que for.

Quem nunca soube manter relacionamentos institucionais estáveis terá de basear o seu comportamento futuro no diálogo e na concertação para conseguir relações solidárias e construtivas.

Quem tem privilegiado os interesses de clientelas deverá adoptar critérios de justiça e condutas não discriminatórias que respeitem, imparcialmente, os direitos de todos os cidadãos.

Só deste modo poderá invocar-se - com autoridade moral - a força da solidariedade que é, e continuará a ser, a parte substantiva do elo que une todos os portugueses.

Senhor Presidente da República:

As manifestações espontâneas de apreço de que está a ser alvo em todas as ilhas do nosso arquipélago são a prova inequívoca da unidade de um Povo que reconhece em Vossa Excelência o seu Presidente.

Um Presidente que conhece os anseios do Povo que representa e serve, que abate divisões e promove a concórdia.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista que hoje recebe Vossa Excelência com o mesmo respeito e o mesmo orgulho com que o recebeu no dia 4 de Setembro de 1986 compartilha do entusiasmo e do optimismo que esta Presidência Aberta está a desencadear no sentir colectivo do Povo Açoriano.

Prestes a enfrentar o processo de integração plena na Europa e querendo transformar a Autonomia num autêntico instrumento de progresso económico e social, os Açorianos preparam-se para um desafio que têm de ganhar.

É mobilizando todos para estas grandes tarefas de desenvolvimento e de progresso que daremos resposta àqueles que nas cidades e nos campos e nas fainas do mar vivem lutando por melhores condições de vida, por trabalhos mais dignos e justos salários, por um futuro melhor.

Obrigado, Senhor Presidente, pelo estímulo que nos trouxe, pelo abraço de fraternidade, pela lição de coragem e de vivência democrática que os Açorianos certamente apreenderão.

E volte sempre, Senhor Presidente, porque aqui está em sua casa.

Disse.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente e Membros do Governo Regional, Senhoras e Senhores Deputados, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A presença de Vossa Excelência - Senhor Presidente da República - entre o Povo Açoriano, honra-nos, pois Vossa Excelência representa a colectividade nacional e simboliza a unidade do poder estadual.

Encaramos a presença de Vossa Excelência neste território como uma afirmação da identidade do povo dos Açores; como o reconhecimento do seu direito à diferença.

Encaramo-la como afirmação de que Portugal aqui adquire a dimensão de estado atlântico.

Sempre actuámos e afirmámos - em toda a fase do processo democrático pós 25 de Abril - que os Açores são uma parte integrante da sociedade portuguesa e nessa integração eles aportam, ao todo nacional, caracteres territoriais, sociais, culturais, económicos e históricos, determinantes e exigitivos de um subordenamento da organização do Estado, circunscrito ao território regional como necessário para o pleno preenchimento dos objectivos e funções do Estado.

No fundo trata-se tão só de, no território da Região Autónoma dos Açores, os órgãos de governo próprio realizarem as funções do Estado. E isto porque é a forma mais correcta de participação democrática da população açoriana na estruturação orgânica do Estado Português em ordem a imprimir-lhe a funcionalidade e a eficácia governativa necessárias ao desenvolvimento económico-social e à promoção dos interesses regionais e, por isso mesmo, ao reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

Na verdade, a questão entre nós - portugueses do Continente e dos Açores - não passa de uma questão de conhecimento, de mútuo reconhecimento.

Esse reconhecimento mútuo é necessário e urgente para que uns e outros não deliremos sobre puros fantasmas.

Fazemos votos para que a presença de Vossa Excelência - Senhor Presidente da República - nos Açores contribua decisivamente para que no País se conheça melhor os Açores e se tome consciência das suas características territoriais, sociais, culturais, económicas e históricas.

São estas que determinaram a consagração constitucional da autonomia regional, que tem

por fins - a promoção da vida regional, ou seja, a criação de condições para que os cidadãos açorianos acedem, em pé de igualdade com os demais portugueses, aos bens culturais e materiais inerentes à civilização moderna; e à participação democrática, ou seja, a sua participação no Governo e na administração dos seus interesses comuns.

A promoção da vida regional impele-nos para o interesse regional e este implica que se traga à colação o interesse nacional.

Sobre a dialéctica interesse regional - interesse nacional, projecta-se o duplo princípio, jurídico-formal, da unidade do Estado e, jurídico-material, da solidariedade entre todos os Portugueses.

Temos consciência das dificuldades por que tem passado o País ao longo dos últimos 15 anos, em especial das dificuldades recentes para recuperar em termos económicos e financeiros.

Pese embora tais dificuldades, os custos acrescidos das comunicações, dos transportes, da educação, da cultura, da segurança social e saúde, impõem um esforço e um olhar diferente para os Açores.

Certamente é do conhecimento de todos que o rendimento per capita nos Açores é cerca de 60% do nacional e da ordem dos 30% do da Comunidade Económica Europeia.

E isto, apesar do grande esforço de investimento que foi feito nos últimos doze anos.

A realidade açoriana torna patente a incumbência do Estado de operar as necessárias correcções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento, bem como eliminar as diferenças entre regiões.

Convém aqui e agora recordar o que dispõe o artigo 93º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores "a solidariedade nacional vincula o Estado a suportar os custos das desigualdades derivadas da insularidade, designadamente no respeitante a comunicações, transportes, educação, cultura, segurança social e saúde, incentivando a progressiva inserção da Região em espaços económicos amplos, de dimensão nacional e internacional".

Convém frisar que entendemos por solidariedade apoio mútuo, salientando que a Região Açores em muito tem contribuído para o todo, através de acordos internacionais.

Fomos uma esquadra ancorada ao meio do Atlântico; somos um aeroporto no meio do Atlântico.

Ser Açoriano por opção e por amor a um dos nove calhaus que lhe serviu de berço, não pode significar de modo algum desigualdade e muito menos inferioridade perante os restantes portugueses do Continente.

Somos portugueses por opção e por amor à pátria mãe.

Estamos dispostos a dar-nos a conhecer melhor.

Estamos dispostos a trabalhar cada vez mais para engrandecimento do povo dos Açores, pois ao fazê-lo estamos a contribuir para o fortalecimento da unidade do Estado.

Permiti ainda referir que foi com alguma dificuldade que o povo dos Açores não viu ter acolhimento na recente revisão constitucional alguns aspectos considerados elementares, como, por exemplo, a clarificação do que são leis gerais da República, o aperfeiçoar do mecanismo do interesse específico e o subsequente reforço do poder legislativo regional.

Esta dificuldade terá de ser ultrapassada através do conhecimento mútuo e do diálogo.

Senhor Presidente da República:

A acção descentralizadora de Vossa Excelência é merecedora da nossa admiração e do nosso respeito.

O povo dos Açores merece-a e confia que todos, de mãos dadas, seremos capazes de realizar aqui Portugal.

Disse.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

(Neste momento usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Regional para proferir o seu discurso)

Presidente da Assembleia Regional dos Açores

(Reis Leite): Senhor Presidente da República, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente do Governo Regional, Senhor General Comandante-Chefe das Forças Armadas, Senhores Membros do Governo, Senhores Deputados, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A visita de Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, à Região Autónoma dos Açores para aqui exercer uma das, em boa hora iniciadas, **Presidência Aberta** e com as intenções e propósito que divulgou não pode deixar de merecer dos açorianos um vivo aplauso.

Vossa Excelência trouxe para a Presidência da República uma manifesta renovação da função, que lhe deu um novo elan que muito contribui para o reencontro dos Portugueses com a sua pátria, a sua cultura e a sua história, e para a efectiva prática da democracia um folgo que muito é de admirar e de engrandecer.

A Assembleia Regional dos Açores recebe pois Vossa Excelência no seu seio com o respeito que é devido à mais alta magistratura da Nação e com a alegria que os Açorianos sempre recebem quem vem por bem e traz mensagens de paz, de concórdia e de compreensão.

Recebe ainda o cidadão Mário Soares, se me é permitida esta invocação, com o gosto que

sempre acolhe os democratas e aqueles que sinceramente nos visitam com propósitos de compreender os Açorianos e vem partilhar connosco a nossa maneira de ser e de encarar os problemas, as nossas dificuldades, a nossa insularidade física e moral e connosco está disposto a dialogar.

Por tudo isto, Senhor Presidente da República, seja bem-vindo aos Açores e seja bem-vindo a esta Casa onde todos nós deputados nos esforçamos por desempenhar, com dignidade e elevação moral e cívica, o tremendo encargo que o Povo Açoriano fez recair sobre nós de o representarmos.

A viagem de Vossa Excelência através das nossas nove ilhas dos Açores e o empenho que sempre põe nos contactos que estabelece com os cidadãos acarreta para estes também a dura responsabilidade de ultrapassar o formalismo protocolar e informar com coração aberto e a verdade nos lábios, aquilo que realmente sente.

Não pode Vossa Excelência, Senhor Presidente, estranhar que os deputados da Assembleia Regional, e entre eles aquele que foi eleito para o honroso cargo de a presidir, usem da sua prerrogativa de parlamentares para fazerem um discurso político e para extravasarem o que sentem sobre esta fase da construção da nossa Região e da nossa vida de cidadãos que se autogovernam, com base numa Constituição Democrática que vem de encontro aos justos anseios de liberdade.

Sentem os Açorianos que os seus propósitos de se integrarem na Pátria Portuguesa, sem perderem a sua identidade de ilhéus e sem renegarem o seu patriotismo local, trazendo ainda para a identidade comum um manancial apreciável de contributos, nem sempre é compreendido. E isso magoa-nos e por isso mesmo somos hipersensíveis às inventivas e às suspeições sobre a nossa portugalidade.

Exigimos (e uso o termo conscientemente) que nos acreditem quando nos proclamamos portugueses, sem nos obrigarem a provas adicionais de nacionalismo que não são exigidos a outros portugueses, ou que usem de artifícios para nos negarem este ou aquele benefício ou prerrogativa, com base em julgamentos de intenções dos nossos propósitos.

Não posso deixar de afirmar ao Senhor Presidente da República que enquanto estiver instalada qualquer suspeita sobre as intenções dos açorianos nos seus propósitos nacionais, a qualquer nível de sociedade portuguesa, não poderá haver verdadeira paz e concórdia.

Não posso também deixar de apelar ao Senhor Presidente da República para que tenha este propósito inscrito nas suas prioridades e que se oponha a todos os actos que possam alimentar tais suspeições, raiz do mal de todas as incompreensões, e bloqueio de tantas iniciativas que nasceram e brotaram em límpidas fontes e foram

inquinadas e envenenadas por malévolas intenções.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

O Orador: Os Açorianos desde há muito anseiam por encontrarem uma forma de organização dentro da República que lhes permita dar expressão à sua idiossincracia e que lhes abra os caminhos do progresso material. Estão convencidos que só a democracia política permite dar corpo a estas aspirações e por isso mesmo tão afanosamente trabalharam e trabalham para ajudar a construir uma Constituição, que seja o espelho em que se revêem todos os portugueses. Por isso também são tão sensíveis às matérias constitucionais e estatutárias e põem tanto cuidado na elaboração das propostas de alteração destes textos. Especialmente esta Assembleia, por onde obviamente correm em última instância tais assuntos, orgulha-se de ter cumprido a sua obrigação cívica de conseguir um consenso sobre aquilo que julga o melhor para o texto constitucional sobre as Regiões Autónomas.

É de louvar o esforço político de todas as forças partidárias aqui representadas para abandonarem projectos particulares e, pela via do diálogo, encontrarem uma plataforma de entendimento para um parecer sobre a revisão constitucional, que pode ser tomado como representativo dos Açorianos.

Safu das nossas mãos, estamos conscientes disso, um parecer moderado coerente e que teve em conta os superiores interesses nacionais. Parecer este que não pretendeu modificar as linhas de força constitucionais sobre as autonomias, mas que pretendeu unicamente ultrapassar os entraves que têm sido postos ao exercício do poder legislativo regional.

Não deixamos de estudar aturadamente uma jurisprudência, da responsabilidade do Tribunal Constitucional, contrária a interpretações da Constituição favoráveis às Regiões Autónomas, e por isso pretendemos clarificar, no texto revisto da lei fundamental, esses assuntos, certos que estamos que a Assembleia da República não quer impedir o exercício legislativo dos Açorianos.

Não podemos deixar de ficar magoados se estas rectas intenções são mal avaliadas e o nosso parecer não encontra eco junto das instâncias da soberania ou até se os partidos a nível nacional não se esforçam por encontrarem, também eles, plataformas de entendimento político, que permitam ultrapassar propostas bloqueadoras, como ainda agora tem acontecido com a criação do fundamental círculo eleitoral para o Parlamento Europeu.

É neste campo concreto que os Açorianos entendem também a solidariedade nacional.

Queixam-se ainda os açorianos, Senhor Presiden-

te, amargamente com aquilo que parecem ser as indecisões dos órgãos de soberania acerca das prerrogativas regionais.

Fazemos nós um juízo linear das rectas intenções dos legisladores nacionais, quando fazem as leis para as Regiões Autónomas e antes de mais quando discutem e aprovam o nosso Estatuto e por isso ficamos perplexos quando surgem tergiversões sobre matérias que para nós são claras.

O caso concreto do interesse específico regional sobre a legislação referente ao mar e às pescas.

A nossa Região é definida como sendo constituída pelas ilhas e pelo mar que as rodeia, e não podia ser de outra maneira. A consequência desta disposição é trazer para o nosso poder legislativo, dentro dos parâmetros constitucionais, a responsabilidade de administrar os nossos recursos marítimos.

Assim parecem não entender algumas instâncias nacionais, levantando sobre elas o terrível móbil e a terrível suspeita da cobiça e acarretando para os Açorianos a angústia de se sentirem espoliados duma importante fonte de riqueza, numa Região pobre em que todos os seus recursos não são demais para garantirem o desenvolvimento.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Tudo isto, Senhor Presidente, é para explicar a Vossa Excelência as razões de queixa concretas que nos atormentam e para fazer compreender que a solidariedade nacional se deve traduzir no concreto e não só em formas abstractas.

O que pedimos é uma ajuda fraterna para se poderem ultrapassar as insuficiências da natureza e da cultura e duma vez por todas fazermos sair as ilhas atlânticas dos Açores da cauda das caudas da Europa.

Entendemos, como é doutrina pacífica entre os povos civilizados, que as comunidades nacionais que integram povos insulares têm a obrigação moral de os ajudar a ultrapassar seculares deficiências e pôr um cuidado especial no seu desenvolvimento.

Isto faz-se com apoio político e solidariedade moral e cultural e por isso ficamos apreensivos quando nos negam os meios financeiros para o desenvolvimento, sendo certo que as ilhas não são um peso morto para o orçamento nacional. Quando se traçam políticas nacionais que não têm em conta as actividades insulares e não se trata de integrar o espaço regional nos planos gerais, como se desenha manifestamente como o decantado NAV II, que se pretende afastar da Ilha de Santa Maria, interrogamo-nos como funciona a solidariedade para com os Açores?

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os Açores, no estádio de desenvolvimento material e cultural a que já conseguiram ascender e mercê duma auspiciosa renovação da sua população, contam com um contingente de juventude que é, diga-se em boa verdade, o seu maior património. Necessitam porém de conseguir novas actividades, fora do sector primário, que garantam trabalho e nível de vida compatível com as suas aspirações. É essencialmente neste campo que se espera a solidariedade.

Vem Vossa Excelência, Senhor Presidente, encontrar aqui nos Açores uma pequena comunidade orgulhosa e disposta a assumir o seu futuro sem se renegar. Encontrará homens e mulheres empenhados na construção da sua terra e da sua liberdade, que o recebem com entusiasmo e com o melhor que têm, sempre seguros que é possível sermos nós próprios e construir Portugal aqui.

Seja pois bem vindo, Sr. Presidente.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Vai usar da palavra Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Senhor Presidente da República (Dr. Mário Soares): Senhor Presidente da Assembleia Regional, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo Regional, Senhores Deputados:

Quero-vos agradecer, em primeiro lugar, o vosso convite e a honra de vos poder falar desta prestigiosa tribuna. Quero ainda agradecer, aos Senhores Deputados e ao Senhor Presidente da Assembleia Regional, as tão generosas palavras que entenderam dever dirigir-me, evocando os problemas dos Açores, com a franqueza e a frontalidade que é própria de pessoas responsáveis, que dizem o que sentem, olhos nos olhos, exactamente porque se querem entender.

Não vos escondo que considero uma honra poder encontrar-me hoje aqui, entre vós. A Assembleia Regional dos Açores é a mais alta instância da legitimidade e representatividade da população açoriana e detém importantes poderes, em ordem à definição das grandes linhas orientadoras do futuro da Região e de fiscalização do Executivo Regional, como é próprio e acontece em qualquer democracia pluralista, participada e representativa.

Senhores Deputados:

A Região Autónoma dos Açores, herdeira de uma tradição autonómica, que vem de muito longe, aliada a um elevado sentido do interesse nacional - uma e outro postos à prova em momentos decisivos - está hoje perante desafios empolgantes no que se refere ao seu desenvolvimento e modernização, a que esta Assembleia, em primeira linha, é chamada a responder e de que está, no pluralismo saudável das suas opções, plenamente consciente.

A experiência da autonomia regional que nos Açores tem sido enriquecida por uma preocupação permanente de atender à diversidade e à dispersão do arquipélago - aliando as preocupações de racionalidade administrativa e económica com a necessidade de partilha de responsabilidades e as exigências de solidariedade inter-ilhas - constitui já hoje um património de grande valor, que serviu de inspiração a experiências equivalentes estrangeiras - às Canárias, por exemplo - e que, por todas as razões, importa preservar e fazer adequadamente compreender.

Se vos começo por falar de autonomia, e da necessidade de a entender, aperfeiçoar e tornar tanto quanto possível viva - em diálogo permanente entre as instituições da República e da Região - não esqueço o outro pólo do binómio, que deve estar presente sempre que nos confrontamos com as fecundas realidades regionais - ou seja, a exigências de solidariedade entre as diferentes regiões de uma dada Nação e os nacionais do mesmo Estado, qualquer que seja a sua condição, opções políticas ou local de nascimento.

Autonomia e solidariedade - eis as duas referências essenciais que importa nunca esquecer para podermos responder, com eficácia, à tarefa comum de superar as dificuldades, os bloqueamentos e os atrasos estruturais que ainda agora se levantam no caminho do nosso desenvolvimento. A autonomia permite aproveitar o melhor e mais original dos contributos dos cidadãos e das comunidades - em nome dos princípios democráticos e da força do pluralismo e da diversidade; pela solidariedade, somos chamados a corrigir, como tarefa comum e nacional, as assimetrias regionais e as desigualdades que subsistem, por vezes tão gritantes e injustas, entre cidadãos da mesma Pátria.

Modernizar e desenvolver exige uma aposta permanente que aqui, nas Ilhas Atlânticas, passa, a um tempo, pela afirmação da autonomia - como instrumento da participação democrática e plural dos cidadãos, do desenvolvimento e da promoção e defesa dos interesses de cada uma das nove ilhas que compõem a Região - e pelo reforço da cooperação solidária - em nome da unidade nacional e dos elos profundos que unem todos os portugueses. São referências indissociáveis do aprofundamento da democracia e do reconhecimento da diversidade, que aqui se salienta, como tenho observado, nesta estadia memorável, de ilha para ilha.

É assim que o respeito da dignidade dos homens e da cidadania, a preservação das identidades e das diferenças, o combate comum pelo aperfeiçoamento incessante da democracia, pela justiça social e pelo reconhecimento das diversidades - terão de constituir grandes desígnios, quando pomos, lado a lado, como princípios indissociáveis, a autonomia e a solidariedade.

Como disse um dos portugueses mais ilustres nascido em São Miguel, figura nacional de primeiro plano, símbolo moral e intelectual de uma das mais marcantes gerações da cultura portuguesa - Antero de Quental : "A República não é somente o direito abstracto e filosófico proclamado com paixão aos ventos do vago céu da história: é o direito económico, fiscal, administrativo, prático e palpável, por assim dizermos, realizando-se palmo a palmo, visivelmente, experimentalmente, na sociedade de cada dia, na vida de cada hora, no indivíduo como na colectividade, encarnando enfim nos factos e movendo-se como a realidade mais palpitante". No fundo, há que compreender, tal como nos ensinou Antero, que os cidadãos e as comunidades não podem ser vistos como abstracções, têm, sim, de ser encarados, a cada passo, como realidades dinâmicas e vivas, em mudança permanente. "Só os homens são dignos da República!" - frisava, com ênfase, o autor das "Odes Modernas". E nós hoje acrescentaremos: mas a República terá que ser feita para os homens, porque o que conta, acima de tudo, não são as abstracções, mas sim a condição humana.

Nesta ordem de ideias, diversidade e cooperação, autonomia e solidariedade, completam-se naturalmente. E, ao visitarmos este Portugal recriado no meio do Atlântico e simbolicamente em pedaços repartidos, sentimos, a cada passo, o que nos une profundamente e as diferenças que nos enriquecem bem como as singularidades que nos diferenciam, mantendo-nos no mesmo todo. Relativamente ao futuro, exige-se da nossa democracia, nesta hora nacional tão exaltante, que não haja parcelas esquecidas, que não haja filhos e enteados, próximos e distantes, e que o desenvolvimento possa ser uma batalha de que todos beneficiem, solidariamente. A igualdade de oportunidades, a correcção dos desequilíbrios, a partilha de responsabilidades, a descentralização, a luta comum contra os atrasos estruturais e a pobreza - nenhum desses aspectos nos pode deixar indiferentes. Trata-se, no fundo, de nos empenharmos numa estratégia de desenvolvimento com verdadeira dimensão social - como ontem dizia no Corvo - capaz de compatibilizar as diferenças com a afirmação de uma identidade própria e de permitir uma resposta eficiente e socialmente justa para os grandes desafios económicos, sociais e culturais do momento presente.

Nós precisamos da Europa Comunitária. Mas esta também precisa do nosso contributo, tal como somos, tendo tanto mais a oferecer e a beneficiar quanto melhor soubermos assumir as nossas especificidades e nos dispusermos a construir um Portugal livre e plural, de que nos possamos orgulhar - uma Pátria com objectivos claros e consensuais, com uma estratégia de

futuro que conceba o desenvolvimento, a justiça social e a modernização como exigentes realidades por que se luta quotidianamente.

Nestes termos, o desafio que nos lança a Europa Comunitária não pode ser visto passivamente, como algo que vem e é imposto do exterior. Temos de ser nós a definir o nosso próprio ritmo, no reconhecimento da nossa diversidade, que é uma das nossas riquezas, a fazer prevalecer os nossos valores, os nossos interesses concretos - em diálogo permanente, como acontece em todas as sociedades abertas contemporâneas, neste momento tão apaixonante da evolução da humanidade.

Ao longo da história, os açorianos, souberam sempre afirmar-se pelo seu universalismo, pela sua capacidade e iniciativa e pela sua abertura de espírito. Por todo o lado - e designadamente na América, no Canadá e no Brasil - encontramos, na diáspora, a cultura portuguesa vivida, difundida e prestigiada por portugueses dos Açores. Num tempo de crescente internacionalização económica, essa rede tão diversificada, constitui uma riqueza humana indiscutível que favorece de forma singular a nossa identidade colectiva. Podemos, pois, compreender facilmente nesta Região as virtudes e as potencialidades da diversidade e do progresso daí resultante. Importa, porém, que saibamos tornar a complementaridade entre autonomia e solidariedade algo de vivo e actuante - sem esquecidos nem privilegiados. Não basta, para tanto, insistir nos lugares comuns duma retórica autonómica, tão repetida por alguns, sem seiva e com pouco conteúdo. Temos que passar além, através do diálogo, sem iludir os problemas reais que subsistem e com a vontade política de os resolver, através dos compromissos de interesses não só possíveis como necessários, com perseverança, paciência e boa vontade. A Comunidade Europeia obriga-nos à acção e à ajuda. Trata-se de, em conjunto, lançar as sementes necessárias, com espírito de responsabilidade e vontade de progresso - para que possamos vir a colher os frutos do desenvolvimento, traduzido realmente em melhor bem estar para todos e mais justiça social.

Terra de liberdade, exemplo de fidelidade aos valores nacionais e ao constitucionalismo, os Açores são um paradigma da vocação simultaneamente atlântica e europeia dos portugueses, traço natural de união entre a Europa e a América. Aqui sentimos, naturalmente, "saudades do futuro", como nos ensinou Pessoa - que, contudo, devem ser vividas com os pés bem assentes na terra e com realismo, no respeito da dignidade humana.

Ao partir dos Açores para a jornada vitoriosa do liberalismo, D. Pedro deixou palavras sentidas de homenagem aos "bravos açorianos", fazendo questão em deixar claro, em 25 de Junho de 1832 - cito - que o acompanhava a "certeza de que

o vosso amor à causa da justiça, por que vos tendes sacrificado, e a vossa adesão às novas instituições, de que já começais a sentir os benefícios, hão-de conservar ileso, e digno da glória que tem adquirido, este nobre Arquipélago, terra clássica de liberdade portuguesa, berço ilustre da regeneração da Mãe Pátria".

O elogio de D. Pedro representa um acto de justiça. Os Açores e a sua gente continuam hoje a ser credores da mesma admiração, solidariedade, respeito, confiança e compreensão. Em nome de todo o Portugal, desejo hoje aqui reafirmar, com toda a solenidade, as palavras do Rei-Libertador, nesta Assembleia que, no pluralismo das suas diversas opções, que todas saúdo, representa a legitimidade democrática da população açoriana.

(Aplaudido de pé, por toda a Câmara)

Presidente: Agora segue-se uma sessão de cumprimentos ao Senhor Presidente da República. Está encerrada a Sessão.

(Eram 12.00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - José Maria Bairos, Renato Moura).

A Redactora de 1ª classe: Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.